INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR

PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

HÉLCIO JOSÉ DE SOUSA

CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO

SÃO JOÃO DEL REI / MG

2014

HÉLCIO JOSÉ DE SOUSA

Crimes de Lavagem de Dinheiro

Monografia apresentada ao curso de Direito do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves como requisito parcial para obtenção de título de graduado em Direito sob orientação do Professor Gian Miller Brandão.

São João del-Rei

2014

Agradecimentos

A Deus, fonte de força e luz, essencial para a conquista de objetivos.

Aos meus pais, pelo exemplo de vida.

Aos professores, por todos os ensinamentos e pelo compartilhamento de seus conhecimentos que serviram de base para a realização do presente trabalho.

RESUMO: A presente monografia visa a mostrar aspectos relevantes referentes ao combate aos crimes de lavagem de dinheiro, termo dado à prática criminosa que nada mais é do que o mecanismo pelo qual os criminosos transformam recursos ganhos de forma ilegal em ativos com origem aparentemente legal. A “lavagem” abrange todas as atividades destinadas a ocultar a origem dos bens e valores ilícitos e tem a meta de eliminar qualquer vestígio acerca de sua origem criminosa, transformando-os em dinheiro limpo, de forma a apresentar-se como legal.De forma a colocar em prática esse combate, em 1998 foi editada a Lei 9613/1998, a primeira nesse sentido, que foi chamada de “Lei de Lavagem de Capitais”. Posteriormente, em 2012, editou-se a Lei 12683/12, que veio para tornar mais eficiente o combate aos delitos de lavagem de dinheiro. Surgiram várias inovações no sentido de tornar mais ampla a área de atuação da Lei como, por exemplo, o fato de que, agora, o crime de lavagem de dinheiro depende de uma infração penal anterior. Por ser infração penal, pode ser um crime ou uma contravenção penal e não o rol de crimes anteriormente elencados no § 1º da Lei nº 9613/1998. Outras inovações importantes surgiram; estas serão apreciadas no decorrer do presente trabalho; além disso, aspectos materiais dessas leis, bem como alguns problemas e inconstitucionalidades serão apresentados, ressaltando a necessidade de melhorias no texto dessas leis, a fim de se permitir uma maior eficiência no combate aos crimes de lavagem de dinheiro. Para uma análise prática, abordaremos aspectos relacionados a lavagem de dinheiro no contexto da Ação Penal 470 do STF.

Palavras-Chave: Lavagem; Dinheiro; Lei; Crime.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....7

CAPÍTULO I:

CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO.....9

1.1 Breve Histórico.....9

1.2 Conceito.....10

1.3 Etapas do Processo de Lavagem de Dinheiro.....11

1.3.1 *Colocação*.....11

1.3.2 *Ocultação*.....11

1.3.3 *Integração*.....12

1.4 Métodos utilizados na lavagem de dinheiro.....13

1.4.1. *Setor Bancário*.....13

1.4.2 *Paraísos Fiscais e Centros off-shores*.....13

1.4.3 *Bolsa de valores*.....13

1.4.4 *Companhias Seguradoras*.....14

1.4.5 *Mercado Imobiliário*.....15

1.4.6 *Jogos e Sorteios*.....15

1.4.7 *Superfaturamento*.....15

1.4.8 *"Laranjas" ou "Fantasmas"*.....16

1.4.9 *Agências de Turismo e Factoring*.....16

1.4.10 *Profissionais Liberais*.....17

1.4.11 *Outros métodos*.....17

CAPÍTULO II:

COMPARATIVO: AS LEIS 9.613/98 E 12.683/12.....18

2.1 A Lei nº 9.613/98.....18

2.2 Aspectos relevantes da Lei nº 12.683/12.....*20*

2.3 As inovações e o confronto entre as leis.....22

CAPÍTULO III:

3. ASPECTOS PROCESSUAIS E MATERIAIS DO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO.....27

3.1 Do tipo penal.....27

3.2 Independência do Processo pelo Crime de Lavagem em Relação ao Crime Antecedente.....32

3.3 A inconstitucionalidade da não aplicação ART. 366 do código de processo penal.....33

3.4 A Ação Penal 470 do STF – Corrupção passiva e o crime de Lavagem de Dinheiro.....35

4. CONCLUSÃO.....39

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....42